



SINGER, P. **O dia da lagarta**. São Paulo, Brasiliense, 1987, 263p.

Uma nova obra do Prof. Paul Singer é sempre motivo de grande satisfação. Além do largo intervalo de tempo desde o livro anterior, a expectativa por este mais recente é reforçada pelo seu próprio título. Ou seja, o hábito da ingestão quase diária de sapos e lagartos produzidos pela política econômica remete-nos a uma natural curiosidade pelo "dia"... Antes, porém, faremos breves observações sobre os antecedentes.

Os distúrbios apresentados pela economia brasileira resultam de um estrangulamento representado por um desequilíbrio das contas externas. Este desequilíbrio começou no início dos anos 70 em resposta a uma política de abertura ao exterior, ocasionando uma dependência do desenvolvimento econômico a uma crescente inserção no comércio internacional.

Ao eclodir a crise do petróleo, ao invés de reconsiderar essa estratégia, preferiu-se optar pelo endividamento externo, o que gerou novos encargos em dívidas, agravando-se o desequilíbrio estrutural e provocando uma crise de liquidez. Esta acentuou-se a partir de 1979, com o advento do segundo choque do petróleo e da recessão internacional. Assim, desde aquele ano o País estava praticamente insolvente, financiando o déficit corrente com crescente tomada de empréstimos externos.

A trajetória antes referida desembocou na completa insolvência em 82, apesar da execução de um elenco de medidas de ajuste, já a partir de fins de 1980, em consonância com a orientação do Fundo Monetário Internacional. Estas medidas, de caráter recessivo, incluem a restrição do crédito interno, a liberação da taxa de juros, o corte dos

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 4(2):197-203, maio/ago. 1987

gastos públicos e a redução do salário real. Em adição, promoveu-se a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro de 1983.

Simultaneamente à ocorrência de forte recessão, as medidas citadas antes resultaram em acentuada mudança nas contas do balanço de pagamentos. A balança comercial passou a apresentar saldos crescentes, suficientes mesmo, a partir de 1984, para pagar o serviço da dívida externa.

Por outro lado, a adoção da política de inserção no comércio internacional requereu uma alteração no perfil da demanda agregada, para que uma pequena parcela da população pudesse reproduzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos. Desta forma, ocorreu durante o período de 1970/80 um agravamento da concentração de renda.

A modificação resultante na estrutura da demanda interna atingiu amplamente a agropecuária através de uma mudança na composição do produto setorial. Ocorreu, assim, uma significativa expansão dos produtos de exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos que reduziu-se em termos "per capita". Os alimentos, por sua vez, pressionaram o nível geral de preços, agravando-se a situação de subnutrição que, segundo o Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, já atinge 50% da população.

A aceleração inflacionária constitui-se no sintoma mais visível das distorções ocasionadas pela estratégia adotada. A taxa anual média de inflação elevou-se continuamente em todo o período ora focalizado, saltando de 17,5% em 1970/73, para 96% em 1979/82 e 220% em 1983/85. Calorosos debates foram travados sobre seu caráter e possíveis causas: de demanda, de custos, inercial, causada pelo déficit público etc.

A visão do autor é bem mais ampla. Antes de abordá-la, porém, vejamos rapidamente as transformações mais recentemente ocorridas. Após três anos de recessão, 1984 assinala a retomada do crescimento econômico e, conseqüentemente, a recuperação do nível de emprego, possibilitando a reposição de perdas salariais ocorridas no ano anterior. Este crescimento foi impulsionado pelas exportações que tiveram um desempenho surpreendente.

A reposição das perdas salariais prosseguiu no ano seguinte em decorrência da mobilização dos sindicatos e da ação de diversas categorias profissionais, motivadas pela perspectiva de mudanças políticas. Desta forma, o crescimento do produto, em 1985, assume um caráter bem diferente do ano anterior. Agora, baseia-se na ampliação do mercado interno. Portanto, a formulação da política econômica pelo novo Governo defrontou-se com um impasse: uma economia ajustada para transferir recursos reais ao exterior, mas, ao mesmo tempo, crescendo para dentro, com alta taxa de inflação.

Na visão do Prof. Singer, o recrudescimento da inflação reflete a intensificação de um conflito distributivo. Este conflito constitui-se numa das características do capitalismo e decorre da insuficiência da produção para satisfazer as necessidades de toda a população. E sob determinadas condições, assume a forma de uma inflação crescente. No caso brasileiro, esta insuficiência do Produto agrava-se pelo serviço da dívida externa. Assim, a luta pela apropriação da renda nacional entre Estado, classes, frações de

classe e capitais individuais conduziu o nível geral de preços a patamares cada vez mais elevados.

O Plano Cruzado é então enfocado como a decretação de uma trégua no conflito distributivo, através da revogação dos mecanismos de mercado, substituídos por atos do Poder Executivo. Apesar do aspecto negativo representado pela intervenção autoritária, teve o mérito de conciliar uma rápida queda da inflação com uma expansão da renda. Esta última muito contribuiu para a vigência daquela trégua por cerca de seis meses.

Por outro lado, aquele contexto favorável não foi aproveitado para atacar os problemas centrais, surgidos com a adoção da estratégia de abertura e agravados com o ajustamento recessivo do período de 1981/84. Assim, poderia ter reduzida a transferência de recursos reais ao exterior, através da negociação definitiva da dívida e iniciado um processo de redistribuição de renda, através da política fiscal.

Assim, à medida que extinguiu-se o frágil congelamento de preços, evidencia-se a incompatibilidade distributiva, acirrando os conflitos. Nos últimos meses de 1986, o crescimento da renda real começou a cair, simultaneamente à queda do saldo comercial e à ampliação do déficit público. Para a redução deste último, elaborou-se o chamado Plano Cruzado II (21/11/86) que, ao reajustar diversos preços, desencadeou o retorno da inflação em ritmo explosivo.

Desta forma, a trajetória do Plano Cruzado, sintetizada na trilogia deslumbra-mento-desilusão-frustração, compara-se à metamorfose invertida. Ou seja, a fulgurante borboleta surgida em 28 de fevereiro vai aos poucos perdendo asas até assumir a forma definitiva de lagarta no dia 21 de novembro de 1986.

Mas qual a proposta do autor? Considerando a inflação como resultante de um conflito distributivo, o Prof. Singer propõe um amplo acordo entre o Estado e todos os proprietários de fatores de produção. Este acordo não teria o objetivo de eliminar o conflito, mas, sim, de encontrar formas menos inflacionárias de administrá-lo. A idéia desse acordo, conhecido como Pacto Social, e seu pressuposto básico, a democratização, estão presentes em todos os textos que compõem a obra.

Completemos, então, nossa visão panorâmica do livro com breves observações adicionais. A obra em apreço compõe-se de 44 artigos, anteriormente publicados pela imprensa, em sua maioria, durante o período de 1985/86. Foram habilmente distribuídos em nove capítulos, organizados cronologicamente e/ou por temas específicos.

No primeiro capítulo, prolegômenos, ao analisar os choques heterodoxos de Israel e Argentina, o autor já demonstra a impossibilidade de manutenção do congelamento de preços por longo tempo em decorrência das contínuas alterações de oferta e demanda. Essas alterações só se viabilizam mediante mudanças de preços relativos.

O desenvolvimento da "crisálida invertida" é abordado nos capítulos 2, 3 e 4. Nelles, o autor chama a atenção reiteradas vezes para a fragilidade do congelamento. Assim, ao invés da centralização das decisões, deveriam ter sido criados mecanismos de administração descentralizada de preços, com a participação de todos os segmentos envolvidos.

O quinto capítulo aborda o tratamento dado pelo Plano Cruzado aos salários. Demonstra o autor que não ocorreu um acréscimo significativo do salário real médio. Assim, a expansão observada no consumo decorreu de outros fatores: aumento do nível de emprego, redução da poupança e menor retenção do imposto de renda na fonte.

O objetivo e a viabilidade de um Pacto Social constituem-se no tema do sexto capítulo. A sua negociação defronta-se com duas dificuldades básicas. A primeira refere-se à designação dos interlocutores, que deveriam ser os representantes dos sindicatos patronais e assalariados. Para tal, torna-se necessária a remoção da tutela governamental para os sindicatos de trabalhadores, a fim de que eles tenham a devida representatividade. A segunda dificuldade refere-se à diversidade de interesses intraclasses ou categorias. Assim, a negociação tem como condição básica um acordo prévio ao nível de cada categoria, patronal ou assalariada, determinando-se um elenco de pontos comuns.

O capítulo seguinte, “conflitos distributivos, inflação e democracia”, aborda o tema central da obra. Os diversos sintomas, como o déficit externo, a inflação e o déficit público, são analisados no contexto de uma permanente intervenção governamental, inibindo o funcionamento dos mecanismos de mercado. A reversão deste quadro requer a formulação de uma política econômica mais estável, resultante da ampla participação da sociedade na discussão das diretrizes e prioridades. Este processo passa inevitavelmente pela revisão do papel do Estado.

Em “alternativas à recessão”, título do oitavo capítulo, o autor sugere um elenco de medidas para a reformulação antes mencionada. É interessante ressaltar a atualidade daquelas propostas, muito debatidas desde o fim do “milagre”. Preconiza, fundamentalmente, a manutenção do crescimento econômico simultaneamente a um processo de redistribuição de renda, mediante a expansão da poupança interna e uma reorientação dos investimentos. Ou seja, o nível de emprego poderia elevar-se pelo acréscimo de investimentos na área de serviços públicos, habitação popular e bens de primeira necessidade. Estas inversões seriam financiadas por uma reforma fiscal, tributando mais os ganhos extraordinários, o consumo de luxo e as imobilizações especulativas de terras rurais e urbanas.

Finalmente, os efeitos do Plano Cruzado são relacionados no capítulo 9. Entre eles, destaca-se certa transferência de renda do capital monopolista para o capital competitivo em virtude da maior facilidade deste último em fugir do controle de preços. Entretanto, o principal efeito a longo prazo seria a possibilidade sempre presente de deter uma inflação dilatada pela indexação através de um controle de preços, acoplado a uma política de distribuição de renda. Pergunta então o autor: “serão os choques heterodoxos a marca registrada do capitalismo nos países em desenvolvimento, no século XXI?”

No momento em que a Argentina vive sob a égide do Plano Austral nº 5, gostaríamos de adicionar uma dose de otimismo à questão antes citada, circunscrevendo-a ao século XX. Se não há razão para tal otimismo, melhor ainda. Trata-se de otimismo puro, nos célebres versos de Carlos Drummond de Andrade...

Eliacir Marques Pereira
EMBRAPA/DDT